

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

ESTATUTO SOCIAL

INFRAERO

- ✓ **Consolidado pela Assembleia Geral Extraordinária, de 03 de novembro de 2020** (DOU nº 235, de 09.12.2020, Seção 1, fl. 261)
- ✓ **Alterado os §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º do Estatuto Social pela Assembleia Geral Extraordinária, de 20 de janeiro de 2021** (DOU nº 44, de 08.03.2021, Seção 1, fl. 99 e 100)
- ✓ **Alterado o art. 6º do Estatuto Social pela Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de abril de 2021** (DOU nº 98, de 26.05.2021, Seção 1, fl. 181)
- ✓ **Alterados o inciso I do art. 4º e o caput do art. 6º, conforme Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2021** (DOU nº 130, de 13.07.2021, Seção 1, fl. 49)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Descrição da Companhia	3
CAPÍTULO II - Assembleia Geral.....	4
CAPÍTULO III - Regras Gerais da Administração da Companhia	6
CAPÍTULO IV - Conselho de Administração	10
CAPÍTULO V - Diretoria Executiva.....	16
CAPÍTULO VI - Conselho Fiscal	21
CAPÍTULO VII - Comitê de Auditoria.....	23
CAPÍTULO VIII - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração... 	26
CAPÍTULO IX - Demonstrações Contábeis.....	28
CAPÍTULO X - Unidades Internas de Governança.....	29
CAPÍTULO XI - Pessoal	31



ESTATUTO DA INFRAERO

CAPÍTULO I DESCRIÇÃO DA COMPANHIA

Seção I Razão Social e Natureza Jurídica

Art. 1º A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública, companhia de capital fechado, doravante denominada "Companhia", é uma sociedade por ações regida por este Estatuto, especialmente, pela sua lei de criação, Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

Seção II Sede e Representação Geográfica

Art. 2º A Companhia tem sede e foro na Capital Federal, e pode criar filiais, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País.

Seção III Prazo de Duração

Art. 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Seção IV Objeto Social

Art. 4º A Companhia tem por objeto social:

I - implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária; e

II - prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos.

Parágrafo único. A Companhia poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário e participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, desde que expressamente autorizado em lei.



Seção V

Interesse Público



Art. 5º A Companhia poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação.

§ 1º No exercício da prerrogativa de que trata o *caput*, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 2º Para fins de atendimento ao inciso II, do § 1º, a administração da companhia deverá:

I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e

II - descrevê-las em tópico específico do relatório de administração.

§ 3º O exercício das prerrogativas de que tratam os parágrafos acima será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Seção VI

Capital Social

Art. 6º O capital social da Infraero, totalmente realizado, é de R\$ 3.816.471.493,65 (três bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 12.736.344 (doze milhões, setecentas e trinta e seis mil trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas.

CAPÍTULO II

ASSEMBLEIA GERAL

Seção I

Caracterização

Art. 7º As Assembleias Gerais realizar-se-ão:

I - ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e

II - extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto exigirem.

Seção II

Composição

Art. 8º A Assembleia Geral é composta pela União, representada na forma do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984.

Parágrafo único. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia.

Seção III

Convocação

Art. 9º Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 1976, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que esse vier a designar, respeitados os prazos previstos na legislação.

Seção IV

Instalação e Deliberação

Art. 10. As deliberações serão tomadas pela União e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos.

Parágrafo único. As Assembleias Gerais tratarão exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

Seção V

Competências

Art. 11. A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Companhia ou, quando não competir ao Conselho de Administração, de suas controladas.

CAPÍTULO III

REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I

Órgãos Sociais e Estatutários

Art. 12. A Companhia terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- I - Conselho de Administração;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Comitê de Auditoria;
- V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 1º A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto.

§ 2º Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da Companhia com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

§ 3º A Companhia poderá prever, em seu Regimento Interno, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, além dos comitês estatutários indicados nos incisos IV e V, do *caput*, deste artigo.

Seção II

Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 13. Os administradores da Companhia, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstos nas Leis nº 6.404, de 1976, nº 13.303, de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 2016.

§ 1º Além dos requisitos previstos no *caput* para investidura como membro da Diretoria Executiva, os eleitos deverão possuir, a título de requisito adicional, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência em cargo gerencial, preferencialmente na área de atuação da diretoria para a qual for indicado e observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação da Companhia.

§ 2º O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da Assembleia Geral, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da Política de Indicação e do Plano de Sucessão.

Seção III

Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 14. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§ 2º A ausência dos documentos referidos no § 1º importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Companhia.

§ 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado, e sua respectiva documentação, nos termos do § 1º do art. 55.

Seção IV

Posse e Recondução

Art. 15. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos Comitês estatutários serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§ 1º O Termo de Posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, cuja modificação somente será válida após comunicação por escrito à Companhia.

§ 2º O Termo de Posse contemplará a sujeição do administrador ao Código de Conduta e às Políticas da Companhia.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição ou nomeação.

§ 4º Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à Companhia, que zelar pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil - RFB ou autorização de acesso às informações nela contidas.

§ 5º No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Seção V

Perda do Cargo para Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria e demais Comitês de Assessoramento

Art. 16. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou dos comitês de assessoramento deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; ou

II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

Seção VI

Remuneração

Art. 17. A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia.

§ 1º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

§ 2º Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.

§ 3º A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da organização.

§ 4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada em Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

Seção VII

Treinamento

Art. 18. Os administradores e os conselheiros fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Companhia, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 2016.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos dois anos.

Seção VIII

Código de Conduta

Art. 19. A Companhia disporá de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 2016.

Seção IX

Conflito de Interesses

Art. 20. Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

Parágrafo único. Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento e legislação aplicável.

Seção X

Defesa Judicial e Administrativa

Art. 21. Os administradores e os conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

§ 1º A Companhia, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia.

§ 2º Fica assegurado aos administradores e conselheiros fiscais, bem como aos ex-administradores e ex-conselheiros, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de bancos de dados da Companhia, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante o seu prazo de gestão ou de atuação, conforme o caso.

§ 3º O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§ 4º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§ 5º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, ou condenação administrativa não passível de recurso, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à Companhia todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela organização, além de eventuais prejuízos causados.

Seção XI

Seguro de Responsabilidade

Art. 22. A Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores e conselheiros fiscais, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à organização.

Seção XII

Quarentena para Diretoria

Art. 23. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava, observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CAPÍTULO IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Caracterização

Art. 24. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da organização, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303, de 2016.

Seção II

Composição

Art. 25. O Conselho de Administração é composto de 7 (sete) membros, a saber:

I - 4 (quatro) por indicação do Ministério da Infraestrutura, dos quais 2 (dois) devem ser conselheiros independentes;

II - 1 (um) por indicação do Ministério da Economia;

III - 1 (um) por indicação do Ministério da Defesa; e

IV - 1 (um) por indicação dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, 28 de dezembro de 2010.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, devendo o Presidente ser um dos membros indicados pelo Ministro de Estado supervisor.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva da Companhia não poderão compor o Conselho de Administração, podendo, no entanto, ser convocados por esse colegiado para participarem de reuniões, sem direito a voto.

§ 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos, nos moldes do formulário padronizado.

Seção III

Prazo de Gestão

Art. 26. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º No prazo do *caput* serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§ 2º Atingido o limite a que se refere o *caput* e o § 1º, o retorno de membro do Conselho de Administração para a mesma companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV

Vacância e Substituição Eventual

Art. 27. No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, sendo que, no caso de vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembleia para proceder a nova eleição.

§ 1º Na hipótese de nomeação de membro do Conselho de Administração prevista no *caput*, deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para eleição em Assembleia Geral de acionistas.

§ 2º A função de conselheiro de administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.



§ 3º No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Seção V

Reunião

Art. 28. O Conselho de Administração se reunirá, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

§ 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo colegiado.

§ 3º As reuniões do Conselho de Administração devem, em regra, ser presenciais, podendo ser realizadas por meio de tele ou videoconferência, conforme decisão do Presidente, ad referendum do colegiado, sendo que, independente da decisão, é garantida aos membros a participação nas reuniões por meio de tele ou videoconferência.

§ 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos.

§ 5º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§ 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.

§ 7º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção VI

Competências

Art. 29. Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - avaliar, a cada 4 (quatro) anos, o alinhamento estratégico, operacional e financeiro das participações da Companhia ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da administração pública ou o desinvestimento da participação;

III - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições;

IV - fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação em Assembleia Geral;

VI - aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VII - convocar a Assembleia Geral;

VIII - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

IX - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

X - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

XI - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XII - aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos e Participações societárias, bem como outras políticas gerais da Companhia;

XIII - aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XIV - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XV - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XVI - definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVII - identificar a existência de ativos que não sejam de uso próprio da Companhia e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVIII - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 1976;

XIX - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN, sem a presença do Presidente da Companhia;

XX - criar comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XXI - eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXII - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades do Infracrev, entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da Companhia;

XXIV - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXV - aprovar a nomeação e destituição do titular da Auditoria Interna, e submetê-la à aprovação da Controladoria Geral da União;

XXVI - conceder afastamento e licença ao Presidente da Companhia, inclusive a título de férias;

XXVII - aprovar o Regimento Interno da Infraero, que disporá sobre a forma de organização da Companhia, as competências de suas estruturas e as atribuições de seu corpo gerencial, observadas as disposições contidas no Estatuto Social;

XXVIII - aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento;

XXIX - aprovar o Código de Conduta e Integridade;

XXX - aprovar e manter atualizado um plano de sucessão, não vinculante, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração;

XXXI - aprovar as atribuições dos diretores executivos não previstas no Estatuto Social;

XXXII - aprovar o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia;

XXXIII - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, observada a política de alçada da Companhia;

XXXIV - discutir, deliberar e monitorar práticas de governança corporativa e relacionamento com partes interessadas;

XXXV - aprovar e divulgar a Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na Lei 13.303, de 2016;

XXXVI - avaliar os diretores e membros de comitês estatutários da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 2016, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXXVII - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXVIII - promover anualmente a análise das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem

por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas;

XXXIX - propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da Companhia;

XL - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XXXIX deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XLI - autorizar a constituição de subsidiárias, bem assim a aquisição de participação minoritária em companhia, nos casos em que houver autorização legal;

XLII - aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XLIII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLIV - manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades do Infracrev;

XLV - estabelecer Política de Porta-vozes visando eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Infraero;

XLVI - respeitada a legislação vigente, deliberar sobre a absorção ou reversão de aeroportos ou sua transferência a terceiros, a partir de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental;

XLVII - fixar diretrizes para a gestão das participações da Infraero no capital de suas subsidiárias, controladas, coligadas e de outras companhias;

XLVIII - aprovar a criação, cisão e fusão de unidades organizacionais da Empresa que acarretem incremento de despesas, aumento do quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança ou do efetivo de pessoal;

XLIX - autorizar a concessão de uso de áreas aeroportuárias nas hipóteses por ele definidas em ato próprio;

L - deliberar sobre a alienação, no todo ou em parte, das ações do capital Social das companhias das quais a Infraero participe; e

LI - deliberar sobre renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações das companhias das quais a Infraero participe.

§ 1º O membro efetivo do Conselho de Administração não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam conflito de interesse, devendo o presidente do Conselho de Administração determinar que se ausente da reunião.

§ 2º Aplica-se a vedação disposta no § 1º especialmente ao representante da classe trabalhadora, de forma não exaustiva, quanto à discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, matéria de previdência complementar e assistencial.

Seção VII

Competências do Presidente do Conselho de Administração

Art. 30. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social e do Regimento Interno;

II - interagir com o ministério supervisor, e demais representantes do acionista controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela Companhia, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303, de 2016; e

III - estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação desse colegiado, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303, de 2016.

CAPÍTULO V

DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I

Caracterização

Art. 31. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Seção II

Composição e Investidura

Art. 32. A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente da Companhia e por até 4 (quatro) Diretores Executivos.

Parágrafo único. É condição para investidura em cargo de Diretoria da Companhia a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Seção III**Prazo de Gestão**

Art. 33. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o retorno de membro da Diretoria Executiva para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 2º No prazo a que se refere o *caput* serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Companhia.

§ 3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV**Licença, Vacância e Substituição Eventual**

Art. 34. Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Presidente designará o substituto dentre os membros da própria Diretoria.

§ 1º Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da Companhia, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Seção V**Reunião**

Art. 35. A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, 1 (uma) vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º A Diretoria Executiva será convocada pelo Presidente da Companhia ou pela maioria dos membros do colegiado.

§ 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo colegiado.

§ 3º As reuniões da Diretoria Executiva devem, em regra, ser presenciais, podendo ser realizadas por meio de tele ou videoconferência, conforme decisão do Presidente, *ad referendum* do colegiado, sendo que, independente da decisão, é garantida aos membros a participação nas reuniões por meio de tele ou videoconferência.

§ 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos.



§ 5º Nas deliberações colegiadas da Diretoria Executiva, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§ 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva.

§ 7º As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção VI

Competências

Art. 36. Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- I - gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados;
- II - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;
- III - elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia e acompanhar sua execução;
- IV - definir a estrutura organizacional da Companhia e a distribuição interna das atividades administrativas;
- V - aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia relativas à sua alçada decisória;
- VI - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- VII - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;
- VIII - indicar os representantes da Companhia nos órgãos estatutários de suas participações societárias;
- IX - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;
- X - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;
- XI - colocar à disposição dos outros órgãos sociais pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar o apoio técnico necessário;
- XII - aprovar o seu Regimento Interno;
- XIII - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;
- XIV - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos;

XV - submeter ao Conselho de Administração a proposta de designação do titular da Auditoria Interna;

XVI - aprovar a proposta de Plano Diretor dos aeroportos sob a administração da Infraero, a ser submetido à aprovação dos órgãos reguladores;

XVII - submeter à apreciação dos órgãos reguladores, ouvido o Comando da Aeronáutica, a proposta de Plano Diretor dos aeroportos compartilhados sob a administração da Infraero;

XVIII - propor ao Ministério supervisor as medidas necessárias à desapropriação de áreas de interesse para a consecução dos objetivos da Infraero ou de suas subsidiárias, ouvido o Conselho de Administração;

XIX - propor ao Conselho de Administração a fixação de diretrizes para a gestão das participações da Infraero no capital de suas subsidiárias, controladas, coligadas e de outras companhias, bem como implementar sua execução;

XX - submeter ao Conselho de Administração proposta de criação, cisão e fusão de unidades organizacionais da Empresa que acarretem incremento de despesas, aumento do quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança ou do efetivo de pessoal;

XXI - decidir, em caráter terminativo, recursos interpostos contra decisões proferidas, originariamente, por membros da Diretoria Executiva;

XXII - submeter ao Conselho de Administração proposta sobre a absorção ou reversão de aeroportos ou sua transferência a terceiros, a partir de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental;

XXIII - propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da Companhia;

XXIV - submeter ao Conselho de Administração proposta de alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

XXV - definir a orientação da Infraero na condição de credora em processos de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência, dentro ou fora do País;

XXVI - aprovar a filiação da Infraero a organização sindical patronal, bem como a qualquer outra entidade representativa do setor aeroportuário;

XXVII - submeter ao Conselho de Administração as propostas de concessão de uso de áreas aeroportuárias nas hipóteses por ele definidas em ato próprio;

XXVIII - submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de contratação e de destituição dos Auditores Independentes, observando a legislação própria; e

XXIX - submeter ao Conselho de Administração proposta de alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

Seção VII

Atribuições do Presidente

Art. 37. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Presidente da Companhia:

- I - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da Companhia;
- II - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;
- III - representar a Companhia em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia*, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;
- IV - assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da Companhia, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;
- V - expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados;
- VI - baixar as resoluções da Diretoria Executiva;
- VII - criar e homologar os processos de licitação;
- VIII - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;
- IX - designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva;
- X - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- XI - manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da Companhia; e
- XII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Seção VIII

Atribuições dos demais Diretores Executivos

Art. 38. São atribuições dos demais Diretores Executivos:

- I - gerir as atividades da sua área de atuação;
- II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e
- III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.
- Parágrafo único. As demais atribuições e poderes de cada Diretor Executivo serão aprovadas pelo Conselho de Administração e constarão do Regimento Interno da Infraero.

CAPÍTULO VI

CONSELHO FISCAL

Seção I

Caracterização

Art. 39. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual.

Parágrafo único. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 2016, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

Seção II

Composição

Art. 40. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I - 2 (dois) indicados pelo Ministério da Infraestrutura; e

II - 1 (um) indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.

Seção III

Prazo de Atuação

Art. 41. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o *caput*, o retorno de membro do Conselho Fiscal na mesma companhia, só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§ 2º No prazo a que se refere o *caput* serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos.

Art. 42. Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:

I - assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às Políticas da Companhia;
e

II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

Seção IV

Requisitos

Art. 43. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício de suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 2016, e demais normas que regulamentem a matéria.

Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.

Seção V

Vacância e Substituição Eventual

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a eleição do novo titular.

Seção VI

Reunião

Art. 45. O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

§ 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo colegiado.

§ 3º As reuniões do Conselho Fiscal devem, em regra, ser presenciais, podendo ser realizadas por meio de tele ou videoconferência, conforme decisão do Presidente, *ad referendum* do colegiado, sendo que, independente da decisão, é garantida aos membros a participação nas reuniões por meio de tele ou videoconferência.

§ 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos.

§ 5º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal.

§ 6º As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção VII

Competências

Art. 46. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debentures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VII - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência ao acionista;

VIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Companhia;

IX - examinar o RAINT e PAINT;

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XI - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XIII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XIV - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

CAPÍTULO VII

COMITÊ DE AUDITORIA

Seção I

Caracterização

Art. 47. O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

§ 1º O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às companhias controladas que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§ 2º O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

Seção II

Composição

Art. 48. O Comitê de Auditoria, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros.

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária e ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente da organização.

§ 2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

§ 3º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303, de 2016 e no art. 39 do Decreto nº 8.945, de 2016, além das demais normas aplicáveis.

§ 4º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros.

§ 5º É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§ 6º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir às suas reuniões.

Seção III

Mandato

Art. 49. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

Seção IV

Vacância e Substituição Eventual

Art. 50. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

§ 1º O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário.

§ 2º No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Comitê, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Seção V

Reunião

Art. 51. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 2 (duas) reuniões mensais.

§ 1º O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.

§ 2º A Companhia deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.

§ 3º Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 4º A restrição de que trata o § 3º não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria, observada a transferência de sigilo.

Seção VI

Competências

Art. 52. Competirá ao Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da Companhia; e
- c) gastos incorridos em nome da Companhia.

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras; e

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo Infracprev.

§ 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

§ 2º O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

Seção I

Caracterização

Art. 53. A Companhia disporá de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração que visará assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Seção II

Composição

Art. 54. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será constituído por 3 (três) membros integrantes do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional, observando-se os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404, de 1976.

Parágrafo único. Caso o Comitê seja constituído apenas por integrantes do Conselho de Administração, a maioria deverá ser de conselheiros independentes.

Seção III

Competências

Art. 55. Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:

I - opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de membros do Conselho de Administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

II - opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação de diretores e membros do Comitê de Auditoria;

III - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais;

IV - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do Plano de Sucessão de administradores;

V - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política de pessoal e no seu acompanhamento; e

VI - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral.

§ 1º O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da administração pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§ 2º As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da Assembleia Geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê.

§ 4º O procedimento descrito no §3º deverá ser observado na eleição de diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses órgãos.

§ 5º As atas das reuniões do Conselho de Administração que deliberarem sobre as indicações de que trata este artigo deverão ser divulgadas.

§ 6º Na hipótese de o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 7º A restrição de que trata o § 6º não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo.

CAPÍTULO IX

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Seção I

Exercício Social

Art. 56. O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

§ 1º A Companhia deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Autarquia.

§ 2º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às companhias de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

§ 3º Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

Seção II

Destinação do Lucro

Art. 57. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I - absorção de prejuízos acumulados;

II - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e

III - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

§ 1º O saldo remanescente será destinado para dividendos ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei.

§ 2º A constituição de reserva de retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 1976.

Seção III

Pagamento do Dividendo

Art. 58. O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ 1º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou Assembleia Geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§ 2º Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO X

UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA

Seção I

Descrição

Art. 59. A Companhia terá Auditoria Interna, área de Conformidade e Gestão de Riscos e Ouvidoria.

Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Seção II

Auditoria Interna

Art. 60. A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria.

§ 1º À Auditoria Interna compete:

I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

§ 2º Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de Auditoria Interna.

Seção III

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos

Art. 61. A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vincula:

I - diretamente ao Presidente da Companhia e conduzida por ele; ou

II - ao Presidente da Companhia, por intermédio de outro Diretor Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

§ 1º A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

§ 2º À área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos compete:

I - propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme o art. 18 do Decreto nº 8.945, de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;

VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;



VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X - disseminar a importância da conformidade e do gerenciamento de riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; e

XI - outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

Seção IV

Ouvidoria

Art. 62. A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

§ 1º À Ouvidoria compete:

I - receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da Companhia em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;

II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Companhia; e

III - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

CAPÍTULO XI

PESSOAL

Art. 63. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da Companhia.

§ 1º A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

§ 3º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XLI do art. 29, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.862, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972.

(Vide Decreto nº 8.756, de 2016)

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma empresa pública, na forma definida no inciso II do artigo 5º, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei número 900, de 29 de setembro de 1969, denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, vinculada ao Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. A INFRAERO terá sede e foro na Capital Federal e o prazo de sua duração será indeterminado.

~~Art 2º A INFRAERO terá por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária que lhe for atribuída pelo Ministério da Aeronáutica.~~

~~§ 1º A INFRAERO exercerá suas atribuições diretamente ou através de subsidiárias.~~

~~§ 2º O Ministério da Aeronáutica estabelecerá um programa de transferência, por etapas, dos aeroportos, instalações, áreas e serviços correlatos ou afins, que passarão à esfera de competência da INFRAERO ou de suas subsidiárias.~~

~~§ 3º As atividades executivas da INFRAERO bem como de suas subsidiárias, serão objeto, sempre que possível, de realização indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada.~~

~~Art. 2º A INFRAERO terá por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente infra-estrutura aeroportuária, que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. (Redação dada pela Medida Provisória nº 527, de 2011).~~

~~Parágrafo único. Para cumprimento do objeto social da INFRAERO, fica autorizada: (Incluído pela Medida Provisória nº 551, de 2011)~~

~~I - a criação de subsidiárias pela INFRAERO; e (Incluído pela Medida Provisória nº 551, de 2011)~~

~~II - a participação da INFRAERO e de suas subsidiárias, minoritária ou majoritariamente, em outras sociedades públicas ou privadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 551, de 2011)~~

~~Art. 2º A Infraero terá por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)~~

~~Parágrafo único. Para cumprimento do objeto social da Infraero, fica autorizada: (Incluído pela Lei nº 12.648, de 2012)~~

~~I - a criação de subsidiárias pela Infraero; e (Incluído pela Lei nº 12.648, de 2012)~~

~~II - a participação da Infraero e de suas subsidiárias, minoritária ou majoritariamente, em outras sociedades públicas ou privadas. (Incluído pela Lei nº 12.648, de 2012)~~



~~§ 1º A atribuição prevista no **caput** poderá ser realizada mediante ato administrativo ou por meio de contratação direta da Infraero pela União, nos termos do regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 714, de 2016)~~

~~§ 2º Para cumprimento de seu objeto social, a Infraero fica autorizada a: (Redação dada pela Medida Provisória nº 714, de 2016)~~

- ~~I - criar subsidiárias; e (Incluído pela Medida Provisória nº 714, de 2016)~~
~~II - participar, em conjunto com suas subsidiárias, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 714, de 2016)~~

§ 1º A atribuição prevista no **caput** poderá ser realizada mediante ato administrativo ou por meio de contratação direta da Infraero pela União, nos termos de regulamento. (Redação dada pela Lei nº 13.319, de 2016)

§ 2º Para cumprimento de seu objeto social, a Infraero é autorizada a: (Redação dada pela Lei nº 13.319, de 2016)

- I - criar subsidiárias; (Incluído pela Lei nº 13.319, de 2016)
- II - participar, em conjunto com suas subsidiárias, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas; (Incluído pela Lei nº 13.319, de 2016)
- III - transferir para o Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, subsidiária que tenha como objeto a navegação aérea. (Incluído pela Lei nº 13.319, de 2016)

§ 3º As subsidiárias e as sociedades de que tratam os incisos I e II do § 2º poderão atuar também no exterior. (Redação dada pela Lei nº 13.319, de 2016)

Art 3º Para a realização de sua finalidade compete, ainda, à INFRAERO:

- I - superintender técnica, operacional e administrativamente as unidades da infra-estrutura aeroportuária;
- II - criar agências, escritórios ou dependência em todo o território nacional;
- III - gerir a participação acionária do Governo Federal nas suas empresas subsidiárias;
- IV - promover a captação de recursos em fontes internas e externas, a serem aplicados na administração, operação, manutenção, expansão e aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária;
- V - preparar orçamentos-programa de suas atividades e analisar os apresentados por suas subsidiárias, compatibilizando-os com o seu, considerados os encargos de administração, manutenção e novos investimentos, e encaminhá-los ao Ministério da Aeronáutica, para justificar a utilização de recursos do Fundo Aeroviário;
- VI - representar o Governo Federal nos atos, contratos e convênios existentes e celebrar outros, julgados convenientes pelo Ministério da Aeronáutica, com os Estados da Federação, Territórios Federais, Municípios e entidades públicas e privadas, para os fins previstos no artigo anterior;
- VII - promover a constituição de subsidiárias para gerir unidades de infra-estrutura aeroportuária cuja complexidade exija administração descentralizada;



VIII - executar ou promover a contratação de estudos, planos, projetos, obras e serviços relativos às suas atividades;

IX - executar ou promover a contratação de estudos, planos, projetos, obras e serviços de interesse do Ministério da Aeronáutica, condizentes com seus objetivos, para os quais forem destinados recursos especiais;

X - celebrar contratos e convênios com órgãos da Administração Direta e Indireta do Ministério da Aeronáutica, para prestação de serviços técnicos especializados;

XI - promover a formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado, necessário às suas atividades;

XII - promover e coordenar junto aos órgãos competentes as medidas necessárias para instalação e permanência dos serviços de segurança, polícia, alfândega e saúde nos aeroportos internacionais, supervisionando-as e controlando-as para que sejam fielmente executadas;

XIII - promover a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

Art 4º Para a participação da União no capital da INFRAERO:

I - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o patrimônio da INFRAERO:

a) a totalidade das ações e créditos que a União tenha ou venha a ter em empresas correlatas ou afins com a infra-estrutura aeroportuária;

b) outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

II - O Poder Executivo providenciará a abertura de crédito especial de até Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Art 5º O Presidente da República designará, por indicação do Ministro da Aeronáutica, o representante da União nos atos constitutivos da empresa.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos das seguintes providências, a cargo de comissão especialmente designada pelo Ministro da Aeronáutica:

I - arrolamento dos bens, direitos e ações de que trata o artigo anterior;

II - avaliação dos bens, direitos e ações arrolados;

III - elaboração do projeto de Estatutos;

IV - Plano de absorção gradativa de encargos;

V - proposta de todas as demais medidas necessárias ao funcionamento da empresa.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I - aprovação das avaliações dos bens, direitos e ações arrolados;

II - aprovação do Plano de absorção gradativa de encargos;



III - aprovação dos Estatutos.

§ 3º A constituição da INFRAERO, bem como posteriores modificações, serão aprovadas por atos do Ministro da Aeronáutica.

Art 6º Os recursos da INFRAERO serão constituídos de:

I - tarifas aeroportuárias arrecadadas nos aeroportos por ela diretamente administrados, com exceção daquelas relativas ao uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota;

II - verbas orçamentárias e recursos do Fundo Aeroviário a ela destinados pelo Ministério da Aeronáutica;

III - créditos especiais que lhe forem destinados;

IV - rendimentos decorrentes de sua participação em outras empresas;

V - produto de operações de crédito, juros e venda de bens patrimoniais ou de materiais inservíveis;

VI - recursos recebidos como retribuição pela prestação de assistência técnica, especializada ou administrativa;

VII - recursos provenientes de outras fontes.

Art. 6º-A. A contratação de bens e serviços pela Infraero e suas controladas, a exemplo dos procedimentos facultados à Petrobras no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, bem como as permissões e concessões de uso de áreas, instalações e equipamentos aeroportuários observarão procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República. (Incluído pela Lei nº 12.833, de 2012)

Art 7º O pessoal dos Quadros da Empresa será admitido por concurso ou prova de habilitação em regime empregatício subordinado à legislação trabalhista e às normas consignadas no Regulamento do Pessoal da Empresa.

§ 1º Para a execução de tarefas de natureza técnica ou especializada, a INFRAERO poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, observados os preceitos da legislação civil ou da trabalhista.

§ 2º Ao servidor público que, para ingressar na Empresa por concurso ou prova de habilitação, tenha-se exonerado de cargo público efetivo, será garantido o respectivo tempo de serviço para efeito de prestação do sistema geral de previdência social.

Art 8º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a constituir empresas subsidiárias da INFRAERO, para a realização de seus objetivos.

Parágrafo único. A ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro Sociedade Anônima, autorizada a ser constituída pela Lei nº 5.580, de 25 de maio de 1970, passará à condição de subsidiária da INFRAERO.

Art 9º A INFRAERO poderá promover desapropriação nos termos da legislação em vigor sendo-lhe facultado transferir o domínio e a posse dos bens desapropriados às suas subsidiárias desde que mantida a destinação prevista no ato de declaração de utilidade pública.



Art 10. A União intervirá obrigatoriamente, em todas as causas em que for parte a INFRAERO, inclusive nos litígios trabalhistas.

Art 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
J. Araripe Macêdo
João Paulo dos Reis Velloso
João Paulo dos Reis Velloso

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.1972

*

ATO ADMINISTRATIVO Nº SEDE-AAD-2021/00203

Brasília, 22 de janeiro de 2021.

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas, com fundamento na NI 7.01/H (GPE), de 28/02/2019, e considerando o VOTO Nº SEDE-VOT-2021/00007, de 18/01/2021,

RESOLVE:

I - Dispensar o empregado RODRIGO OTAVIO JACOME DE MEDEIROS, matrícula nº 9560585, PSA, da função de confiança de GERENTE I, da GERÊNCIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - NGGS, da Sede, em 22/01/2021;

II - Designar para exercer a função de confiança de SUPERINTENDENTE I, da SUPERINTENDÊNCIA DE NEGÓCIOS - DNNG, da Sede, cumulativamente com a função de GERENTE I, da GERÊNCIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - NGGS, da Sede, a partir de 23/01/2021;

III - Estabelecer que este Ato entra em vigor na data de sua publicação no sítio eletrônico www.infranet.gov.br : Atos Administrativos da Infraero.

CANDIDO FERREIRA DE ASSIS NETO
SUPERINTENDENTE I
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Classif. documental	023.140
---------------------	---------

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Endereço : SHIS, SETOR DE CONCESSIONÁRIAS E LOCADORAS, LT 5 AEROPORTO
CEP:71608050 BRASÍLIA-DF-BRASIL
<http://www.infraero.gov.br>



Assinado com senha por CANDIDO FERREIRA DE ASSIS NETO em 22/01/2021 12:12:35.
Documento Nº: 1479352-3791 - consulta à autenticidade em
<https://sigadoc.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=1479352-3791>



SEDEAAD202100203A

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

DF

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1499919466

RODRIGO OTAVIO JACOME DE MEDEIROS

DDC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
1702813 SSP DF

CPF 827.433.201-68 DATA NASCIMENTO 30/07/1978

FILIAÇÃO
ROZETTI JACOME DE MEDEIROS
ELIANA MARTA SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO 00126181799 VALIDADE 22/06/2022 1ª HABILITAÇÃO 28/09/1996

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL BRASÍLIA, DF DATA EMISSÃO 30/06/2017

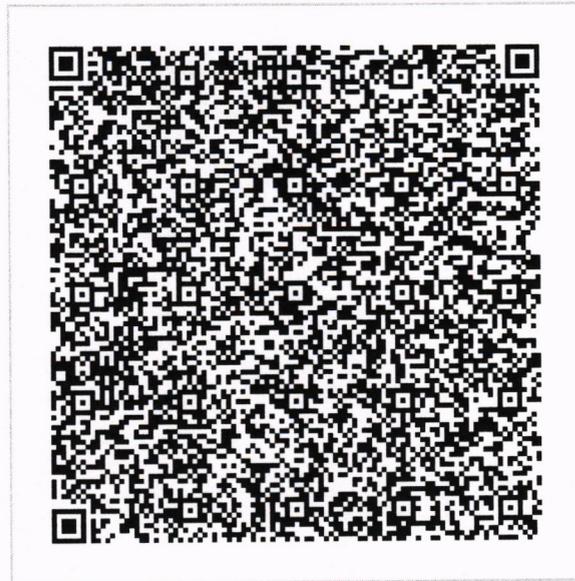
ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

65295064815
DF750414634

DISTRITO FEDERAL

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 00.352.294/0001-10 DUNS®: 89*****70
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA -
INFRAERO
Nome Fantasia: INFRAERO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 11/11/2022
Natureza Jurídica: EMPRESA PÚBLICA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 28/06/2022
FGTS Validade: 05/03/2022
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 09/08/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 11/05/2022
Receita Municipal (Isento)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2022

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 10/02/2022 09:48

CPF: 715.475.768-04 Nome: HELIO PAES DE BARROS JUNIOR

Ass: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.352.294/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/06/1973
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INFRAERO	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 201-1 - Empresa Pública

LOGRADOURO AER SETOR DE CONCESSIONARIAS E LOCADORAS	NÚMERO LOTE 5	COMPLEMENTO EDIF SEDE
---	-------------------------	---------------------------------

CEP 71.608-050	BAIRRO/DISTRITO SETOR DE HABITACOES INDIVIDUAIS SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
--------------------------	---	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESIDENCIA@INFRAERO.GOV.BR	TELEFONE (61) 3312-3223/ (61) 3312-3140
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---







MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
CNPJ: 00.352.294/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:18:10 do dia 30/12/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/06/2022.

Código de controle da certidão: **2AFA.55EA.72C1.4D36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA



CERTIDÃO Nº: 053005123812022
NOME: EMPRESA B I E A INFRAERO
ENDEREÇO: SETOR DE CONCESSIONARIAS E LOCADORAS LOTE 05
CIDADE: SETOR DE HABITACOES I
CNPJ: 00.352.294/0001-10
CF/DF: 0731796300113 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE IPVA NO LANCAMENTO POR RECURSO JUDICIAL.
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 11 de maio de 2022. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.317.963/001-13 **CPF/CNPJ** 00.352.294/0001-10 **DataConcessão** 17/10/1994

Denominação social EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia INFRAERO

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte EMPRESA PUBLICA

Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA

FAC - Número do Protocolo

114-13023/68

Data de enquadramento no ISS

01/06/1973

Data de enquadramento no ICMS

XXXXXXXXXX

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ISS XX

Regime de Tributação do ICMS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Faixa do ICMS XX

Descrição Atividade Econômica do ISS OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM

Código da Atividade - ISS H5240-1/01-00

Data de Início de Atividade - ISS 01/06/1973

Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXXXX

Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXXXX

Endereço AEROPORTO SETOR DE CONCESSIONARIAS E LOCADORAS S/N LOTE: 5
EDIFICIO S

CEP 71.608-050

Bairro SETOR DE HABITACOES I

Cidade BRASILIA

UF DF

Situação Cadastral ATIVA

Data 27/01/2020

Este documento foi emitido no dia 27/01/2020 na Internet pelo portal Agênci@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.352.294/0001-10

Certidão nº: 56070953/2021

Expedição: 06/12/2021, às 17:15:10

Validade: 03/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.352.294/0001-10**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0177600-07.2001.5.01.0006 - TRT 01ª Região *

0046400-91.2003.5.01.0009 - TRT 01ª Região *

0000187-04.2011.5.01.0023 - TRT 01ª Região *

0101131-92.2017.5.01.0026 - TRT 01ª Região *

0100431-48.2019.5.01.0026 - TRT 01ª Região *

0029600-83.2003.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

0011444-96.2013.5.01.0074 - TRT 01ª Região *

0088100-56.2009.5.02.0317 - TRT 02ª Região **

0004900-46.2007.5.04.0001 - TRT 04ª Região *

0121800-37.2006.5.04.0005 - TRT 04ª Região *

0070300-26.2006.5.04.0006 - TRT 04ª Região *

0125100-81.2009.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0000782-91.2012.5.05.0011 - TRT 05ª Região *

0000221-95.2011.5.05.0013 - TRT 05ª Região *

0248400-19.2001.5.05.0016 - TRT 05ª Região *

0005300-39.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região *

0000260-46.2017.5.05.0025 - TRT 05ª Região *

0118300-44.2009.5.05.0032 - TRT 05ª Região *

0000230-82.2020.5.05.0032 - TRT 05ª Região *

0000787-47.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região *

0000893-09.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região *

0149900-33.2007.5.05.0039 - TRT 05ª Região *

0113200-70.2001.5.05.0491 - TRT 05ª Região *

0009200-93.2001.5.05.0531 - TRT 05ª Região *

0004400-38.2004.5.08.0109 - TRT 08ª Região **



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



0011600-96.2004.5.08.0109 - TRT 08ª Região **
 0000400-58.2005.5.08.0109 - TRT 08ª Região **
 0000464-18.2011.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
 0001708-45.2012.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
 0001038-74.2012.5.09.0673 - TRT 09ª Região *
 0000407-79.2011.5.09.0863 - TRT 09ª Região *
 0001255-36.2012.5.10.0012 - TRT 10ª Região *
 0001060-46.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região *
 1141500-50.2007.5.11.0005 - TRT 11ª Região *
 0000113-91.2013.5.12.0016 - TRT 12ª Região *
 0005800-77.2005.5.19.0002 - TRT 19ª Região *
 0006400-25.2006.5.20.0006 - TRT 20ª Região **

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 37.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA
CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, inscrita no CNPJ sob nº 00.352.294/0001-10, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) Rodrigo Otávio Jacome de Medeiros, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1702813 Órgão expedidor SSP/DF e do C.P.F nº 827.433.201-68, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

Brasília – DF, 27 de janeiro de 2021.

Rodrigo Otávio Jacome de Medeiros
Superintendência de Negócios -DNNG





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO		
Natureza Jurídica:	EMPRESA PUBLICA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5350000035-6	00.352.294/0001-10	12/06/1973	12/06/1973

Endereço Completo:

Endereço Completo: AEROPORTO SETOR DE CONCESSIONARIAS E LOCADORAS SN LOTE: 5 EDIFICIO SEDE; - BAIRRO SETOR DE HABITACOES INDIVIDUAIS SUL CEP 71608-050 - BRASILIA/DF

Objeto Social:

IMPLANTAR, ADMINISTRAR, OPERAR E EXPLORAR INDUSTRIAL E COMERCIALMENTE A INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA E DE APOIO A NAVEGACAO AEREA E PRESTAR CONSULTORIA E ACESSORAMENTO EM SUAS AREAS DE ATUACAO E NA CONSTRUCAO DE AEROPORTOS

Prazo de Duração: INDETERMINADO

Consociadas/Condição

Nome	Nire	CNPJ/CPF	Condição
ANDRE LUIZ FONSECA E SILVA	xxxxxxx	048.506.568-11	DIRETOR
GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO	xxxxxxx	832.471.304-20	DIRETOR
HELIO PAES DE BARROS JUNIOR	xxxxxxx	715.475.768-04	DIRETOR
THIAGO PEREIRA PEDROSO	xxxxxxx	001.869.681-32	DIRETOR

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 08/04/2021

Número: 1674433

Ato 016 - ATA DE REUNIAO DE DIRETORIA

Evento(s) 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)



21/054.108-3



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Natureza Jurídica: EMPRESA PUBLICA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
xxxxxxx	00.352.294/0087-90	AEROPORTO DE MONTE DOURADO, BAIRRO SEDE, 68240-000, ALMEIRIM/PA
xxxxxxx	00.352.294/0073-95	AEROPORTO ALTA FLORESTA, BAIRRO SEDE, 78580-000, ALTA FLORESTA/MT
1590005110-1	00.352.294/0041-08	AEROPORTO DE ALTAMIRA, BAIRRO IBIZA, 68376-720, ALTAMIRA/PA
1590040138-1	00.352.294/0185-91	AVENIDA TANCREDO NEVES, BAIRRO AEROPORTO, 68372-574, ALTAMIRA/PA
2890002722-7	00.352.294/0016-05	AVENIDA SENADOR JULIO LEITE, 1440, BAIRRO AEROPORTO, 49037-580, ARACAJU/SE
4390003255-9	00.352.294/0051-80	RUA RUA 14 BIS, S/N, BAIRRO CMT KRAEMER, 96422-250, BAGE/RS
4390169219-6	00.352.294/0174-39	RUA 14 BIS, BAIRRO CMT KRAMER, 96422-250, BAGE/RS
xxxxxxx	00.352.294/0078-08	AEROPORTO BARRA DO GARÇAS, BAIRRO BARRA DO GARCAS, 78600-000, BARRA DO GARCAS/MT
3590181422-8	00.352.294/0071-23	ALAMEDA DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA, 25-40, BAIRRO VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA, 17012-191, BAURU/SP
2590020545-9	00.352.294/0167-00	AEROPORTO PRESIDENTE CASTRO PINTO, BAIRRO JARDIM AEROPORTO, 58308-901, BAYEUX/PB
xxxxxxx	00.352.294/0032-17	AEROPORTO PRES CASTRO PINTO, S/N, BAIRRO MARIO ANDREAZZA, 58309-602, BAYEUX/PB
1590018799-1	00.352.294/0045-31	AEROPORTO JULIO CESAR, BAIRRO BENGUI, 66630-505, BELEM/PA
1590018817-3	00.352.294/0004-63	AVENIDA JÚLIO CÉSAR, : AEROPORTO, BAIRRO VAL-DE-CANS, 66115-970, BELEM/PA
1590040139-0	00.352.294/0183-20	AVENIDA SENADOR LEMOS, 4700, BAIRRO SACRAMENTA, 66120-000, BELEM/PA
3190232167-1	00.352.294/0190-59	RUA OCIDENTE, 100, BAIRRO PADRE EUSTAQUIO, 30730-560, BELO HORIZONTE/MG
3190232168-0	00.352.294/0189-15	PRACA BAGATELE, 204, BAIRRO SAO LUIZ, 31270-705, BELO HORIZONTE/MG
3190232170-1	00.352.294/0027-50	RUA OCIDENTE, 100, : TERREO, BAIRRO CARLOS PRADES, 30730-560, BELO HORIZONTE/MG
xxxxxxx	00.352.294/0005-44	PARADA PC BAGATELE 204 TERREO, BAIRRO AEROPORTO, 31270-700, BELO HORIZONTE/MG
xxxxxxx	00.352.294/0006-25	AVENIDA SANTOS DUMONT 100, BAIRRO AEROPORTO, 69304-000, BOA VISTA/RR
xxxxxxx	00.352.294/0086-00	AEROPORTO DE BOM JESUS DA LAPA, BAIRRO BOM JESUS DA LAPA, 47600-000, BOM JESUS DA LAPA/BA
4290103119-9	00.352.294/0200-65	RUA OSMAR GAYA 1297, BAIRRO MEIA PRAIA,
xxxxxxx	00.352.294/0113-17	AVENIDA SENADOR VIRGILHO TAVORA 4000, BAIRRO AEROPORTO,
5390024741-3	00.352.294/0156-57	SETOR SCS QUADRA 04 BLOCO A LOTE 58, ED. INFRAERO, BAIRRO ASA SUL, 70304-902, BRASILIA/DF
2590000353-8	00.352.294/0049-65	AVENIDA UBERABA, S/N, BAIRRO VELAME, 58418-410, CAMPINA GRANDE/PB
2590020544-1	00.352.294/0168-90	AVENIDA UBERABA, BAIRRO VELAME, 58418-410, CAMPINA GRANDE/PB
3590461233-2	00.352.294/0170-05	RODOVIA SANTOS DUMONT KM 66, BAIRRO JARDIM ITATINGA, 13052-900, CAMPINAS/SP
5490002970-1	00.352.294/0017-88	AEROPORTO INTERNACIONAL, BAIRRO SANTO ANTONIO, 79101-000, CAMPO GRANDE/MS
3390126871-0	00.352.294/0196-44	ESTRADA DO BREJO GRANDE, 02, EDIF: TORRE DO AEROPORTO, BAIRRO PARQUE DO AEROPORTO, 28093-000, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
xxxxxxx	00.352.294/0079-80	ENTRADA AEROPORTO DE CAROLINA, BAIRRO TICONCA, 65980-000, CAROLINA/MA
xxxxxxx	00.352.294/0076-38	AEROPORTO CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, BAIRRO CONCEICAO DO ARAGUAIA, 68540-000, CONCEICAO DO ARAGUAIA/PA

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Natureza Jurídica: EMPRESA PUBLICA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
4290119853-1	00.352.294/0205-70	RODOVIA BR 116, S/N, KM 225, BAIRRO AGUAS SULFUROSAS, 88535-000, CORREIA PINTO/SC
xxxxxxx	00.352.294/0018-69	AEROPORTO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CORUMBA, 79321-600, CORUMBA/MS
1290000210-7	00.352.294/0042-99	AEROPORTO INT CRUZEIRO DO SUL, S/N, 69980-000, CRUZEIRO DO SUL/AC
1290004316-4	00.352.294/0187-53	RODOVIA AC 405 KM 12, BAIRRO IGARAPE PRETO, 69980-000, CRUZEIRO DO SUL/AC
4190001052-9	00.352.294/0036-40	RUA TRAJANO DA COSTA PEREIRA, 348, BAIRRO BACACHERI, 82515-410, CURITIBA/PR
4190014192-5	00.352.294/0009-78	ESTRADA BR 469 KM 16,5, BAIRRO AEROPORTO INTERNACIONAL, 85853-900, FOZ DO IGUAQU/PR
5290067188-5	00.352.294/0177-81	PRACA CAPITAO FRAZAO, 913, BAIRRO SANTA GENOVEVA, 74672-410, GOIANIA/GO
xxxxxxx	00.352.294/0011-92	AEROPORTO AEROPORTO DE GOIANIA, BAIRRO SETOR MARABA, 74465-539, GOIANIA/GO
3590461234-1	00.352.294/0169-71	RODOVIA HELIO SMIDT, BAIRRO CUMBICA, 07190-100, GUARULHOS/SP
2990112101-5	00.352.294/0201-46	RUA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, S/N, BAIRRO PONTAL, 45654-070, ILHEUS/BA
2190000842-1	00.352.294/0046-12	AEROPORTO DE IMPERATRIZ, 65910-140, IMPERATRIZ/MA
2190025487-1	00.352.294/0203-08	AVENIDA MOACYR SPOSITO RIBEIRO, BAIRRO AEROPORTO, 65913-415, IMPERATRIZ/MA
xxxxxxx	00.352.294/0084-48	AVENIDA PARQUE, BAIRRO CENTRO, 69100-003, ITACOATIARA/AM
xxxxxxx	00.352.294/0075-57	AEROPORTO DE ITAITUBA, BAIRRO AEROPORTO, 68181-140, ITAITUBA/PA
xxxxxxx	00.352.294/0081-03	LOTEAMENTO AREPORTO JACAREACANGA, BAIRRO AEROPORTO, 68195-000, JACAREACANGA/PA
4290006269-4	00.352.294/0012-73	AVENIDA SANTOS DUMONT 9000, BAIRRO AVENTUREIRO, 89226-435, JOINVILLE/SC
4290101846-0	00.352.294/0171-96	AVENIDA SANTOS DUMONT, 9000, BAIRRO AVENTUREIRO, 89226-435, JOINVILLE/SC
2390052665-2	00.352.294/0186-72	AVENIDA VIRGILIO TAVORA, BAIRRO CARIRI, 63020-470, JUAZEIRO DO NORTE/CE
4190001089-8	00.352.294/0035-60	RUA TENENTE JOAO MAURICIO DE MEDEIROS, 300, BAIRRO AEROPORTO, 86039-100, LONDRINA/PR
4190134000-0	00.352.294/0178-62	RUA TENETE JOAO MAURICIO DE MEDEIROS, 300, BAIRRO AEROPORTO, 86039-090, LONDRINA/PR
3390126872-8	00.352.294/0195-63	ESTRADA HILDEBRANDO ALVES BARBOSA, EDIF: TORRE DO AEROPORTO;, BAIRRO PARQUE AEROPORTO, 27963-840, MACAE/RJ
xxxxxxx	00.352.294/0064-02	ESTACAO ESTRADA DO IMBURO, BAIRRO AEROPORTO, 27937-300, MACAE/RJ
1690005073-3	00.352.294/0179-43	RUA HILDEMAR MAIA, BAIRRO JESUS DE NAZARE, 68908-119, MACAPA/AP
xxxxxxx	00.352.294/0031-36	AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPA, 68905-160, MACAPA/AP
xxxxxxx	00.352.294/0025-98	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1350, BAIRRO CENTRO, 69020-282, MANAUS/AM
xxxxxxx	00.352.294/0089-52	LOTEAMENTO AEROPORTO DE MANICORE, BAIRRO ZONA RURAL, 69280-000, MANICORE/AM
1590018803-3	00.352.294/0047-01	AEROPORTO DE MARABA, S/N, BAIRRO INTERIOR, 68501-535, MARABA/PA
1590040140-3	00.352.294/0182-49	RODOVIA TRANSAMAZONICA KM 1,5, BAIRRO AMAPA, 68502-290, MARABA/PA
3190005621-1	00.352.294/0039-93	AVENIDA COMANDANTE JOAO MILTON, : AEROPORTO;, BAIRRO JARAGUA, 39404-844, MONTES CLAROS/MG
3190232172-8	00.352.294/0191-30	AVENIDA AEROPORTO, BAIRRO JAGUARA, 39404-214, MONTES CLAROS/MG
xxxxxxx	00.352.294/0088-71	RUA FELIPE CAMARAO, EDIF: DIX-SEPT ROSADO;, BAIRRO AEROPORTO, 59607-340, MOSSORO/RN
4290010613-6	00.352.294/0034-89	RUA OSMAR GAYA, 1297, BAIRRO MEIA PRAIA, 88375-000, NAVEGANTES/SC

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)



21/054.108-3



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Natureza Jurídica: EMPRESA PUBLICA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
1790010452-4	00.352.294/0188-34	AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, ANEXO: NAVEGACAO AEREA;, BAIRRO PLANO DIRETOR EXPANSAO SUL, 77061-900, PALMAS/TO
xxxxxxx	00.352.294/0152-23	AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURADO, BAIRRO AEROPORTO, 77061-900, PALMAS/TO
1590006978-6	00.352.294/0060-70	AEROPORTO DE CARAJAS, 68515-000, PARAUAPEBAS/PA
1590040141-1	00.352.294/0181-68	RODOVIA RAYMUNDO MASCARENHAS, BAIRRO SERRA DOS CARAJAS, 68516-000, PARAUAPEBAS/PA
2290016543-8	00.352.294/0172-77	AVENIDA PARNAIBA, BAIRRO CATANDUVA, 64206-260, PARNAIBA/PI
xxxxxxx	00.352.294/0090-96	RODOVIA BR 343, BAIRRO SAO JUDAS TADEU, 64206-260, PARNAIBA/PI
2990014018-1	00.352.294/0050-07	AEROPORTO DE PAULO AFONSO, BAIRRO CENTRO, 48601-190, PAULO AFONSO/BA
2990113040-5	00.352.294/0202-27	AVENIDA DO AEROPORTO, S/N, BAIRRO JARDIM BAHIA, 48604-005, PAULO AFONSO/BA
4390003253-2	00.352.294/0053-41	AVENIDA ZEFERINO COSTA, 1300, BAIRRO TRES VENDAS, 96070-480, PELOTAS/RS
4390169220-0	00.352.294/0175-10	AVENIDA ZEFERINO COSTA, BAIRRO TRES VENDAS, 96070-480, PELOTAS/RS
2690063442-3	00.352.294/0166-29	AEROPORTO BR 235 KM 11, BAIRRO ., 56300-000, PETROLINA/PE
xxxxxxx	00.352.294/0056-94	AEROPORTO DE PETROLINA , 56332-175, PETROLINA/PE
3190116245-6	00.352.294/0091-77	AVENIDA PC TEN. TEOFILO DE OLIVEIRA, BAIRRO AEROPORTO, 37701-970, POCOS DE CALDAS/MG
5490003410-1	00.352.294/0048-84	RUA BATISTA AZEVEDO, 770, BAIRRO BAIRRO DA GRANJA, 79905-360, PONTA PORA/MS
5490031366-2	00.352.294/0176-09	RUA BATISTA DE AZEVEDO, 770, ANEXO: AEROPORTO;, BAIRRO GRANJA, 79900-000, PONTA PORA/MS
4390145549-6	00.352.294/0163-86	AVENIDA DOS ESTADOS 747, BAIRRO ANCHIETA, 90200-000, PORTO ALEGRE/RS
1190000276-9	00.352.294/0030-55	AEROPORTO AER AER DE PORTO VELHO, BAIRRO AEROPORTO, 76803-970, PORTO VELHO/RO
xxxxxxx	00.352.294/0074-76	RODOVIA ASSIS CHATEAUBRIAND KM 06, BAIRRO VILA MARIA, 19053-680, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
2690010631-1	00.352.294/0069-09	AEROPORTO INTERNACIONAL GUARAPES , BAIRRO IMBIRIBEIRA, 52050-310, RECIFE/PE
2690018971-3	00.352.294/0014-35	PARADA MINISTRO SALGADO FILHO , BAIRRO IMBIRIBEIRA, 51210-902, RECIFE/PE
2690050559-3	00.352.294/0160-33	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS 6211, BAIRRO IMBIRIBEIRA, 51210-001, RECIFE/PE
3590181423-6	00.352.294/0072-04	PRACA ALBERTO SANTOS DUMONT, BAIRRO VILA ELISA, 14075-510, RIBEIRAO PRETO/SP
1290000075-9	00.352.294/0029-11	AEROPORTO INTERNACIONAL DE RIO BRANCO, 69918-340, RIO BRANCO/AC
3390126873-6	00.352.294/0198-06	AVENIDA VINTE DE JANEIRO, EDIF: TORRE DO AEROPORTO;, BAIRRO GALEAO, 21941-570, RIO DE JANEIRO/RJ
3390126874-4	00.352.294/0194-82	AVENIDA AYRTON SENNA, 2541, EDIF: TORRE DO AEROPORTO;, BAIRRO BARRA DA TIJUCA, 22775-002, RIO DE JANEIRO/RJ
3390126875-2	00.352.294/0197-25	PRACA SENADOR SALGADO FILHO, EDIF: TORRE DO AEROPORTO;, BAIRRO CENTRO, 20021-340, RIO DE JANEIRO/RJ
3390138504-0	00.352.294/0204-99	RUA MARIA RODRIGUES, 118/134, BAIRRO OLARIA, 21031-490, RIO DE JANEIRO/RJ
xxxxxxx	00.352.294/0065-85	AEROPORTO DE JACAREPAGUA , BAIRRO JACAREPAGUA, 22740-000, RIO DE JANEIRO/RJ
xxxxxxx	00.352.294/0003-82	AEROPORTO INTERNACIONAL RIO DE JANEIRO ILHA GOVERNADOR , BAIRRO GALEAO, 21920-330, RIO DE JANEIRO/RJ

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)



21/054.108-3



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Natureza Jurídica: EMPRESA PUBLICA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
xxxxxxx	00.352.294/0062-32	AEROPORTO SANTOS DUMONT, S/N, : CASTELO, BAIRRO CENTRO, 20010-000, RIO DE JANEIRO/RJ
2790002877-0	00.352.294/0020-83	AEROPORTO PALMARES, BAIRRO PREFEITO ANTONIO LINS DE SOUZA, 57036-540, RIO LARGO/AL
1590001367-5	00.352.294/0040-27	RUA ACRE, : AEROPORTO; : INTER. DE SANTAREM, BAIRRO PRAINHA, 68005-180, SANTAREM/PA
1590040142-0	00.352.294/0184-00	PRACA EDUARDO, BAIRRO AEROPORTO MAESTRO WILSON FONSECA, 68035-000, SANTAREM/PA
3590183145-9	00.352.294/0149-28	AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1941, BAIRRO PARQUE MARTIM CERERE, 12227-000, SAO JOSE DOS CAMPOS/SP
4190040077-7	00.352.294/0007-06	AVENIDA ROCHA POMBO, BAIRRO AGUAS BELAS, 83010-900, SAO JOSE DOS PINHAIS/PR
2190001957-1	00.352.294/0021-64	AVENIDA DOS LIBANESES, : AEROPORTO, BAIRRO TIRIRICAL, 65056-480, SAO LUIS/MA
3590018302-0	00.352.294/0024-07	AVENIDA WASHINGTON LUIZ, BAIRRO AEROPORTO, 04626-911, SAO PAULO/SP
3590022272-6	00.352.294/0033-06	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1979, BAIRRO SANTANA, 02012-010, SAO PAULO/SP
1390001437-8	00.352.294/0043-70	PRACA MAL DO AR EDUARDO GOMES, 69640-000, TABATINGA/AM
xxxxxxx	00.352.294/0094-10	AEROPORTO DE TARAUACA, BAIRRO SEDE, 69970-000, TARAUACA/AC
1390001436-0	00.352.294/0044-50	AEROPORTO AEROPORTO DE TEFE, 4485, BAIRRO ENTRADA DO ARTOPORTO, 69470-000, TEFE/AM
1390020112-7	00.352.294/0180-87	ESTRADA DO AEROPORTO, 4485, BAIRRO AEROPORTO DE TEFE, 69470-000, TEFE/AM
2290016542-0	00.352.294/0165-48	AEROPORTO TERESINA, BAIRRO AEROPORTO, 64006-970, TERESINA/PI
xxxxxxx	00.352.294/0022-45	PARADA SANTOS DUMONT, BAIRRO AEROPORTO, 64006-010, TERESINA/PI
5490023338-3	00.352.294/0155-76	AEROPORTO ELOY DE MIRANDA CHAVES BR 158, BAIRRO RODOVIA, 79645-050, TRES LAGOAS/MS
xxxxxxx	00.352.294/0095-09	LOTEAMENTO AEROPORTO DE TUCURUI, BAIRRO INTEERIOR, 68455-677, TUCURUI/PA
3190005614-8	00.352.294/0037-21	AVENIDA AVENIDA NENE SABINO, 2706, BAIRRO SANTOS DUMONT, 38050-501, UBERABA/MG
3190232173-6	00.352.294/0193-00	AVENIDA NENE SABINO, BAIRRO SANTOS DUMONT, 38050-501, UBERABA/MG
3190005708-0	00.352.294/0038-02	PRACA JOSE ALVES DOS SANTOS, S/N, BAIRRO AEROPORTO, 38406-387, UBERLANDIA/MG
3190232171-0	00.352.294/0192-10	PRACA JOSE ALVES DOS SANTOS, BAIRRO JARDIM IPANEMA, 38406-387, UBERLANDIA/MG
4390003254-1	00.352.294/0052-60	AVENIDA MARECHAL SETEMBRINO DE CARVALHO, BAIRRO AEROPORTO, 97513-780, URUGUAIANA/RS
5190042155-1	00.352.294/0019-40	AVENIDA GOVERNADOR JOAO PONCE DE, : ARRUDA S/N, BAIRRO CENTRO NORTE, 78110-900, VARZEA GRANDE/MT
xxxxxxx	00.352.294/0098-43	AVENIDA RONDONIA, BAIRRO RESIDENCIAL MORIA, 76983-189, VILHENA/RO
3290005250-0	00.352.294/0023-26	AEROPORTO VITORIA, SN, 29027-080, VITORIA/ES
3290046109-4	00.352.294/0199-97	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 3800, BAIRRO AEROPORTO, 29075-920, VITORIA/ES

NADA MAIS#

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)



21/054.108-3



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Natureza Jurídica:	EMPRESA PUBLICA

Brasília, 19 de Abril de 2021 09:01


MAXIMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

VENTVRIS VENTIS

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (<http://jucis.df.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000183029 e visualize a certidão)



21/054.108-3

Atestamos, para fins de comprovação da realização de atividade técnica, que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero prestou à Prefeitura Municipal de Cáceres – Cáceres-MT os serviços relacionados no item V, através do(s) responsável(is) técnico(s) identificado(s) no item IV, atendendo às condições contratuais e às normas técnicas vigentes, dentro dos padrões de qualidade exigidos e estipulados no Termo de Contrato, conforme informações a seguir:

I - DADOS GERAIS

- ✓ Termo de Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2018-PGM;
- ✓ Ordem de Serviço: OS s/nº de 10/12/2018;
- ✓ Objeto: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e Planos Aeroportuários para o Aeroporto Municipal de Cáceres, denominado Nelson Martins Dantas;
- ✓ Local dos serviços: Aeroporto de Cáceres – Cáceres-MT;
- ✓ Valor total dos serviços: R\$ 376.674,24 (trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos);
- ✓ Início dos serviços: 10/12/2018;
- ✓ Projeto entregue em 22/07/2021.

II - DADOS DA CONTRATANTE

- ✓ Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT;
- ✓ CNPJ: 03.214.145/0001-83;
- ✓ Endereço: Av. Brasil, 119 – COC. Cáceres-MT. CEP 78.200-000.

III - DADOS DA CONTRATADA

- ✓ Razão Social: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero;
- ✓ CNPJ: 00.352.294/0001-10;
- ✓ Endereço: Estrada Parque do Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede;
- ✓ Participação: 100%;
- ✓ Registro do CREA: 0753440.

IV - RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

A. PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, ORÇAMENTO E TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE AUXÍLIOS VISUAIS À NAVEGAÇÃO PARA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM, PISTA DE TAXI E PÁTIO DE AERONAVES

NOME COMPLETO	TÍTULO PROFISSIONAL	Nº DO CREA/CAU/CRT	NÍVEL DE ATUAÇÃO	Nº DA ART/RRT/TRT
Jose Augusto Vasconcelos Souza	Engenheiro Eletricista Técnico em Eletrônica	143469/D-MG	Coordenação Geral da Elaboração dos Projetos Básico e Executivo	0720190003829
Jose Augusto Vasconcelos Souza	Engenheiro Eletricista Técnico em Eletrônica	143469/D-MG	<p>Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para as seguintes disciplinas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização Horizontal; • Balizamento Luminoso; • Sinalização Vertical Luminosa; • Farol Rotativo de Aeródromo; • Indicador de Direção de Vento Iluminado (Biruta); • Indicador de Trajetória e Aproximação de Precisão (PAPI); • Iluminação do Pátio de Aeronaves; • Sistema de Comando, Monitoramento e Controle de Auxílios (SICOM); • Sistema de Energia Elétrica: <ul style="list-style-type: none"> ○ Subestação de Energia Elétrica 15KV; ○ Casa de Força Principal do Aeroporto; ○ Sistema de Geração de Emergência (GMG); ○ Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas; ○ Eletrocentro. 	0720190003829
Ana Cristina Almeida e Silva Bouzon	Engenheira Civil	040125400AM	<p>Elaboração de Orçamento de referência para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras de Implantação de Sistemas de Auxílios Visuais À Navegação para Pista de Pouso e Decolagem, Pista de Taxi e Pátio De Aeronaves. 	AM20190162260
Crislene Coelho Padilha Rodrigues	Engenheira Civil	0404332838AM	<p>Elaboração de Orçamento de referência para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras de Implantação de Sistemas de Auxílios Visuais À Navegação para Pista de Pouso e Decolagem, Pista de Taxi e Pátio De Aeronaves. 	AM20190162269

IV - RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

B. PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, ORÇAMENTO E TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS (TPS) E EDIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

NOME COMPLETO	TÍTULO PROFISSIONAL	Nº DO CREA/CAU/CRT	NÍVEL DE ATUAÇÃO	Nº DA ART/RRT/TRT
Jose Augusto Vasconcelos Souza	Engenheiro Eletricista Técnico em Eletrônica	143469/D-MG	Coordenação Geral da Elaboração dos Projetos Básico e Executivo do TPS (700m²) e edificações complementares.	0720190003829
Eduardo Torrone	Arquiteto e Urbanista	PJ327758-1		0000008263018
Eduardo Torrone	Arquiteto e Urbanista	PJ327758-1	Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para as seguintes disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Arquitetônico de TPS e Edificações complementares; • Canteiro de Obras. 	0000008263018
Maurilio Antonio de Castro Dias Cunha	Engenheiro Civil	04.0.000007732 0 CREA-MG	Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para as seguintes disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> • Fundações; • Estruturas de Concreto Armado; • Estruturas Metálicas. 	142019000000052608 82
Marcondes Loureiro de Carvalho Batista	Engenheiro Civil	4006964/D-PB	Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para as seguintes disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> • Sistemas Hidrossanitários: <ul style="list-style-type: none"> ○ Água Fria; ○ Sistema de Bombeamento de Água; ○ Esgoto Sanitário; ○ Unidade de Tratamento de Esgoto; ○ Águas Pluviais da Cobertura. • Sistemas de Combate a Incêndio <ul style="list-style-type: none"> ○ Sistema de Hidrantes; 	0720190027411
Jose Augusto Vasconcelos Souza	Engenheiro Eletricista Técnico em Eletrônica	143469/D-MG	Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para as seguintes disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> • Instalações Elétricas de Baixa Tensão; • Sistema e Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA). 	0720190027986
Ana Cristina Almeida e Silva Bouzon	Engenheira Civil	040125400AM	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> • Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	AM20190162260

IV - RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)				
NOME COMPLETO	TÍTULO PROFISSIONAL	Nº DO CREA/CAU/CRT	NÍVEL DE ATUAÇÃO	Nº DA ART/RRT/TRT
Crislene Coelho Padilha Rodrigues	Engenheira Civil	0404332838AM	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	AM20190162269
DANIEL MATOS DE SÁ FREIRE	ENGENHEIRO ELETRICISTA	PE043534 PE	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	PE20190380337
FERNANDA SANTOS SATYRO GUIMARAES	ENGENHEIRA CIVIL	2011103956	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	INICIAL à IN00720740
LEONARDO JOSE DE MORAIS	ENGENHEIRO CIVIL	PE030080 PE	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	PE20190380447
RENATA IRIS E SILVA LINS	ENGENHEIRA CIVIL	PE029458 PE	Elaboração de Orçamento de referência para: <ul style="list-style-type: none"> Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares. 	PE20190380430

V - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

- ✓ Projetos Básico e Executivo, Orçamento e Termo de Referência para Contratação de Obras de Implantação de Sistemas de Auxílios Visuais à Navegação para Pista de Pouso e Decolagem, Pista de Taxi e Pátio de Aeronaves:
 - Sinalização Horizontal;
 - Balizamento Luminoso;
 - Sinalização Vertical Luminosa;
 - Farol Rotativo de Aeródromo;
 - Indicador de Direção de Vento Iluminado (Biruta);
 - Indicador de Trajetória e Aproximação de Precisão (PAPI);
 - Iluminação do Pátio de Aeronaves;
 - Sistema de Comando, Monitoramento e Controle de Auxílios (SICOM);
 - Sistema de Energia Elétrica: entrada de energia; subestação; geradores diesel; eletrocentro.
- ✓ Projetos Básico e Executivo, Orçamento e Termo de Referência para Contratação de Obras de Construção do Terminal de Passageiros (TPS) e Edificações Complementares.



CÁCERES-MT, 07 DE JANEIRO DE 2022.

JOAQUIM
FRANCISCO DA
COSTA
NETO:07895479881

Assinado de forma digital
por JOAQUIM FRANCISCO
DA COSTA
NETO:07895479881
Dados: 2022.01.13 12:33:18
-04'00'

ENG CIVIL JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO
Fiscal do Contrato 222/2018 – PGM – CREA MT – RN - 1300511249
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 28/03/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO

00.352.294/0001-10

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 28/03/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.FE6W.PPS9.RZ0S.KW71.T0KS**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***